

A conta da pré-campanha

Ainda proibidos de receber doações, partidos sobrevivem do Fundo Partidário

Catia Seabra

BRASÍLIA

Na pré-campanha, o financiamento público já vigora. E é inevitável. Até julho, quando as candidaturas são registradas e os comitês estão, finalmente, autorizados a arrecadar doações para as campanhas, é do Fundo Partidário que sai o dinheiro para a infra-estrutura dos candidatos à Presidência. Da sobrevivência de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à casa de Anthony Garotinho (PSB), passando pelas viagens e a equipe de campanha do tucano José Serra.

Líder nas pesquisas para o Palácio do Planalto e astro maior do PT, Lula recebe do partido um salário de cerca de R\$ 5 mil mensais. Com uma previsão orçamentária de R\$ 20 milhões para este ano — R\$ 12,8 milhões do Fundo Partidário e R\$ 7,2 milhões da contribuição de parlamentares e militantes — o PT também assegura ao candidato casa, transporte e segurança.

— Lula é a expressão máxima do partido. O PT tem que garantir sua sobrevivência e as condições para que tenha uma vida minimamente tranqüila, inclusive com segurança — diz o líder do partido na Câmara, João Paulo (SP).

PT tem outros assalariados

- Lula não é o único militante-funcionário do PT. No partido, há os chamados liberados, filiados que deixam seu emprego para se dedicar exclusivamente ao movimento político. Ganham salário por isso.

- O uso do fundo nos garante absoluta transparência e independência do poder econômico. Não somos sustentados por interesses empresariais — diz o líder.

Essa é também a opinião do presidente do PTB, deputado José Carlos Martinez (PR). Com direito a R\$ 5,5 milhões anualmente saídos do Fundo Partidário, o PTB está destinando R\$ 30 mil mensais ao aluguel de um apartamento, um escritório e um carro para o candidato do PPS à Presidência, Ciro Gomes, que apóia, com o PDT, na Frente Trabalhista. Os gastos incluem ainda viagens de Ciro e de seu mentor Mangabeira Unger pelo país. Outra parte das despesas é paga pelo PPS.

— O Fundo Partidário é para isso mesmo. O que não é para isso é o dinheirinho do empresário — diz Martinez.

A fonte de renda de Ciro está nas palestras que dá pelo país, a R\$ 6 mil cada. A frequência de convites pode variar de dois a oito por mês.

Despesas do PSDB já aumentaram

- Nesses primeiros meses do ano, a direção nacional do PSDB teve despesas além do habitual em anos sem eleições. Até abril, a executiva nacional já tinha gasto R\$ 964.500 dos R\$ 2,6 milhões a que tem direito da cota global do tucanato no Fundo Partidário (R\$ 17 milhões).

Esse custo inclui o salário e o transporte da equipe de campanha de Serra, bem como alimentação, telefone e hospedagem em Brasília. Também estão computados aí os gastos com algumas viagens de Serra, como ao Porto do Pecém, no Ceará. Em outras viagens, Serra se vale da cota de passagens garantidas aos senadores. Segundo a direção do partido, foi assim que viajou ao Rio na quinta-feira.

— Como legalmente não podemos arrecadar dinheiro agora, e está certo, é o Fundo Partidário que garante estrutura a Serra na pré-campanha — diz o presidente do PSDB, deputado José Aníbal (SP).

Além dos gastos com viagem e atividades típicas de campanha, o PSB é que banca a estrutura de Garotinho depois que deixou o Palácio Laranjeiras. O PSB vai pagar R\$ 7 mil mensais do aluguel da casa de Garotinho e R\$ 1.500 por cada um dos três carros a serviço do candidato. Coordenador político da campanha, o deputado Alexandre Cardoso (RJ) diz que o dinheiro sairá da contribuição dos mili-

EM FOCO

AFP/27-11-00



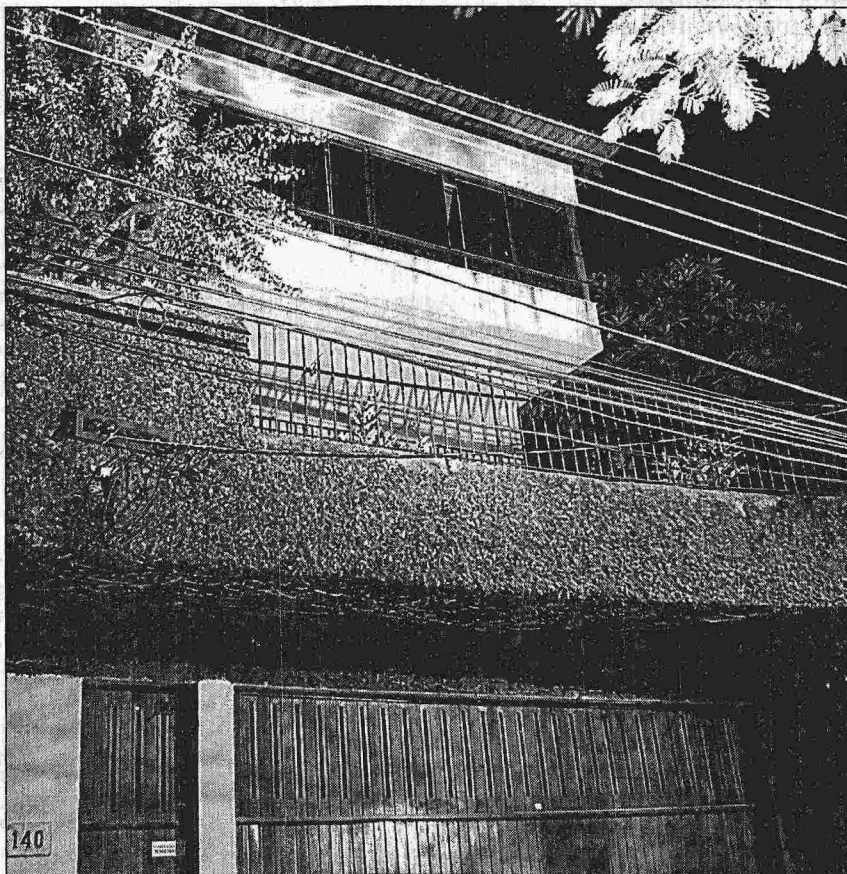
LULA COM Fidel Castro em Cuba: PT paga as despesas de seu candidato

Ailton de Freitas/20-02-02



PARA CIRO Gomes, além de carro, o PTB aluga apartamento e escritório

Fernando Quevedo/02-04-02



A CASA que o PSB banca para Garotinho desde que ele deixou o governo do Rio

Tadeu Vilani/"Zero Hora"/07-04-02



JOSÉ SERRA no Rio Grande do Sul, numa das viagens financiadas pelo PSDB

O que é o Fundo Partidário

- **BRASÍLIA.** Com uma receita anual de R\$ 91,2 milhões, o Fundo Partidário é composto em, sua maior parte, pela arrecadação de impostos (R\$ 84,1 milhões). Os outros R\$ 7,1 milhões são garantidos com as multas aplicadas pela Justiça Eleitoral em todo o país.

O dinheiro é distribuído anualmente de acordo com o per-

centual de eleitores que um partido conquistou em todo o país no último pleito geral. Desde 1998, o PSDB lidera a lista. Com 19,85% do eleitorado nacional, o partido do presidente Fernando Henrique Cardoso recebe R\$ 17 milhões por ano. Em segundo lugar, está o PFL que teve 19,58% dos eleitores o que lhe garante R\$ 16,8 milhões. Depois vem o

PMDB com R\$ 14,8 milhões por ano e o PT, com R\$ 12,8 milhões. A menor fatia, dentre 30 partidos, é do PTN: R\$ 4 mil.

Os partidos são obrigados, por lei, a destinar 20% do total recebido aos institutos a eles vinculados. O do PSDB é o Instituto Teotônio Vilela. Os 80% restantes são divididos entre a direção nacional dos partidos e seus

diretórios regionais. A cota de cada um varia de acordo com o partido.

Por lei, os partidos são obrigados também a prestar contas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até o dia 30 de abril do ano seguinte à liberação do dinheiro. Até agora, nenhuma das legendas entregou sua prestação ao tribunal.

Roseana já gastou R\$ 2,3 milhões

- Ex-padrinho político de Garotinho, que depois rompeu com o

partido, o presidente do PDT, Leonel Brizola, vive da aposentadoria de ex-governador do Rio Grande do Sul e do lucro obtido na fazenda no Uruguai. Suas viagens, porém, costumam consumir cerca de R\$ 10 mil dos R\$ 100 mil mensalmente gastos pela executiva do partido.

Anualmente, o PFL tem direito a R\$ 16,8 milhões do Fundo Partidário. Desses, R\$ 6 milhões são ende-

reçados à direção nacional. Até agora, o custo da campanha da ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney chegou a R\$ 2,3 milhões, sendo que pouco menos de R\$ 300 mil foram gastos nas viagens da candidata.

Não é à toa que todos os partidos, sem exceção, se uniram no Congresso para recompor os recursos do fundo para este ano. Na tramitação do Orçamento, a dota-

ção tradicional de R\$ 91,2 milhões sofreu um corte e ficou em R\$ 26 milhões. Mas a aprovação de um crédito suplementar recompôs esse total.

— Todos os partidos se mobilizam para isso. Como parte do dinheiro é distribuída aos estados, e isso não poderia faltar, ficaríamos num matão sem cachorro — reconhece o secretário-geral do PFL, Saulo Queiroz. ■